

CURSO “TUTELA PROVISÓRIA DA EVIDÊNCIA E TUTELA INIBITÓRIA”

PALESTRANTE: FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO

TUTELA DE EVIDÊNCIA

ESPÉCIE DO GÊNERO TUTELA PROVISÓRIA.

TUTELA O DIREITO EVIDENTE – SITUAÇÃO JURÍDICA, A QUAL PERMITE INFERIR QUE HÁ UM ALGO GRAU DE PROBABILIDADE DO DIREITO SUBSTANCIAL AFIRMADO.

DISPENSA O *PERICULUM IN MORA* (NÃO SE EXIGE A DEMONSTRAÇÃO DO PERIGO DE DANO OU DE RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO, ART. 311, CAPUT, CPC).

TUTELA DE EVIDÊNCIA

APLICÁVEL DE FORMA SUBSIDIÁRIA AO PROCESSO DO TRABALHO (ART. 769, CLT; ART. 15, CPC).

HIPÓTESES DE CONCESSÃO (ART. 311, I, CPC)

- SITUAÇÃO SEMELHANTE AO ART. 273, II, CPC/73
 - CARACTERIZAÇÃO DO ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU O MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DA PARTE
 - CONCESSÃO – EXIGE A FORMULAÇÃO DA RESPOSTA PELO RÉU
 - A DEFESA É INCONSISTENTE. É FRÁGIL DIANTE DOS ARGUMENTOS DA INICIAL E DOS DOCUMENTOS JUNTADOS.
-

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, II CPC)

- PELA LEITURA DA LEI:

A PROVA DO FATO É COMPROVADO APENAS POR PROVA DOCUMENTAL, ALÉM DA TESE FIRMADA EM JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS OU EM SÚMULA VINCULANTE

- VISÃO AMPLIATIVA – QUALQUER PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, II CPC)

- REQUISITOS

PROVA DOCUMENTAL PRÉ-CONSTITUÍDA

PRECEDENTE JUDICIAL COM FORÇA VINCULANTE CUJA SITUAÇÃO FÁTICA ESTEJA EM SINTONIA COM A MATÉRIA FÁTICA ADUZIDA NA INICIAL

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, II CPC) – ORIGEM DOS PRECEDENTES

ACEPÇÃO LITERAL DA LEI

RECURSO DE REVISTA REPETITIVO

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

SÚMULA VINCULANTE

**HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, II CPC) –
ORIGEM DOS PRECEDENTES – VISÃO AMPLIATIVA –
APLICAÇÃO ART. 15, IN 39/2016, TST (ARTS. 332 E
927, CPC)**

ACÓRDÃO PROFERIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL OU PELO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO EM JULGAMENTO DE RECURSOS
REPETITIVOS (CLT, ART. 896-B; CPC, ART. 1046, § 4º)

**HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, II CPC) –
ORIGEM DOS PRECEDENTES – VISÃO AMPLIATIVA –
APLICAÇÃO ART. 15, IN 39/2016, TST (ARTS. 332 E
927, CPC)**

ENTENDIMENTO FIRMADO EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE
DEMANDAS REPETITIVAS OU DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.

DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CONTROLE
CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE

**HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, II CPC) –
ORIGEM DOS PRECEDENTES – VISÃO AMPLIATIVA –
APLICAÇÃO ART. 15, IN 39/2016, TST (ARTS. 332 E
927, CPC)**

TESE JURÍDICA PREVALECENTE EM TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO E NÃO CONFLITANTE COM SÚMULA OU ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (CLT, ART. 896, § 6º; REVOGADO PELA LEI 13.467/2017; A IN 41/2018, TST, MANTÉM A FORÇA VINCULANTE DAS TESES JURÍDICAS PREVALECENTES, ART. 18, § 3º).

**HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, II CPC) –
ORIGEM DOS PRECEDENTES – VISÃO AMPLIATIVA –
APLICAÇÃO ART. 15, IN 39/2016, TST (ARTS. 332 E
927, CPC)**

DECISÃO DO PLENÁRIO, DO ÓRGÃO ESPECIAL OU DE SEÇÃO ESPECIALIZADA COMPETENTE PARA UNIFORMIZAR A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL A QUE O JUIZ ESTIVER VINCULADO OU DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, II CPC)

- CONCESSÃO

PODE SER CONCEDIDA DE FORMA LIMINAR

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, III, CPC)

- PEDIDO REIPERSECUTÓRIO – REQUER-SE UM BEM OU DIREITO QUE PERTENCE AO AUTOR, CONTUDO, QUE NÃO CONSTA DE SEU PATRIMÔNIO.
 - FUNDADO EM PROVA DOCUMENTAL ADEQUADA DO CONTRATO DE DEPÓSITO
 - INTERESSE DE REAVER A COISA FACE AO INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR A COISA
-

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, III, CPC)

- SUBSTITUIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DA AÇÃO DE DEPÓSITO (ARTS. 901 A 906, CPC/73)
 - APLICA-SE AO DEPÓSITO CONVENCIONAL E O LEGAL (ART. 627 E SEGS., CC/2002)
 - PODE SER DEFERIDA DE FORMA LIMINAR
-

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, III, CPC)

HIPÓTESE DE DIFÍCIL APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

EM UMA VISÃO AMPLIATIVA, PODERÁ SER APLICÁVEL CASO UMA DAS PARTES REIVINDICA A POSSE OU A PROPRIEDADE SOBRE UMA COISA (DIREITO DE INVENTO).

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, IV, CPC)

- A PETIÇÃO ENCONTRA-SE ACOMPANHADA DE PROVA DOCUMENTAL COMPROBATÓRIA DOS FATOS CONSTITUTIVOS, SEM QUE SE TENHA A DEVIDA PROVA EM CONTRÁRIO DO RÉU (A PROVA PRODUZIDA PELO RÉU NÃO GERA A DÚVIDA RAZOÁVEL)
-

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, IV, CPC)

- A PROVA DO AUTOR DEVE SER PRÉ-CONSTITUÍDA
 - A ATITUDE DO RÉU PODE SER COMISSIVA (PROVA FRÁGIL) OU OMISSA (AUSÊNCIA DE PROVA)
 - NÃO PODE SER DEFERIDA DE FORMA LIMINAR
-

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, IV, CPC)

- TEMPO PARA A PRODUÇÃO DA PROVA DEVE SER SUPORTADO PELO RÉU E NÃO PELO RÉU QUE JÁ SE DESINCUMBIU DE SEU ENCARGO PROBATÓRIO.
 - TAMBÉM É ADMISSÍVEL NAS HIPÓTESES EM QUE O RÉU OFERECE DEFESA INDIRETA SEM PROVA DOCUMENTAL, PROTESTANDO POR PROVA ORAL OU PROVA PERICIAL
-

HIPÓTESE DE CONCESSÃO (ART. 311, IV, CPC)

- NÃO É O CASO DE SE TER UM ASPECTO INCONTROVERTIDO QUANTO A CAUSA DE PEDIR E O PEDIDO. NESSA HIPÓTESE, O QUE SE TEM É O JULGAMENTO PARCIAL (ART. 356, I, CPC; APLICÁVEL AO PROCESSO TRABALHISTA, ART. 5º, IN 39/2016, TST).

IMPUGNAÇÃO QUANTO À CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA (SÚMULA 414, II, TST)

NO CASO DE A TUTELA PROVISÓRIA HAVER SIDO CONCEDIDA OU INDEFERIDA ANTES DA SENTENÇA, CABE MANDADO DE SEGURANÇA, EM FACE DA INEXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO (ITEM II DA SÚMULA 414; ART. 893, § 1º, CLT; SÚMULA 214, TST)

IMPUGNAÇÃO QUANTO À CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA (SÚMULA 414, I, TST)

CONCEDIDA NA SENTENÇA NÃO COMPORTA IMPUGNAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA, POR SER IMPUGNÁVEL MEDIANTE RECURSO ORDINÁRIO.

IMPUGNAÇÃO QUANTO À CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA (SÚMULA 414, I, TST)

É ADMISSÍVEL A OBTENÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ORDINÁRIO MEDIANTE REQUERIMENTO DIRIGIDO AO TRIBUNAL, AO RELATOR OU AO PRESIDENTE OU AO VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL RECORRIDO, POR APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AO PROCESSO DO TRABALHO DO ARTIGO 1.029, § 5º, DO CPC DE 2015 (SÚMULA 414, II, TST; ART. 899, *CAPUT*, CLT).

IMPUGNAÇÃO QUANTO À CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA (SÚMULA 414, I, TST)

PELA JURISPRUDÊNCIA DO TST, O EFEITO DEVOLUTIVO AO RECURSO ORDINÁRIO DEVE SER DIRIGIDO:

- AO TRIBUNAL RESPECTIVO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A PUBLICAÇÃO DA DECISÃO DE ADMISSÃO DO RECURSO E SUA DISTRIBUIÇÃO, FICANDO O RELATOR DESIGNADO PARA SEU EXAME PREVENTO PARA JULGÁ-LO
-

IMPUGNAÇÃO QUANTO À CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA (SÚMULA 414, I, TST)

- AO RELATOR, SE JÁ DISTRIBUÍDO O RECURSO

IMPUGNAÇÃO QUANTO À CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA (SÚMULA 414, I, TST)

- AO PRESIDENTE OU AO VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL RECORRIDO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO E A PUBLICAÇÃO DA DECISÃO DE ADMISSÃO DO RECURSO, ASSIM COMO NO CASO DE O RECURSO TER SIDO SOBRESTADO (ART. 1.037, CPC).

POR ANALOGIA, SE O RECURSO ORDINÁRIO FOR INTERPOSTO DE DECISÃO DA VARA DO TRABALHO, NESSA HIPÓTESE O PEDIDO DE EFEITO DEVOLUTIVO DEVERÁ SER DIRIGIDO AO JUIZ DA VARA DO TRABALHO.

IMPUGNAÇÃO QUANTO À CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA (SÚMULA 414, I, TST)

TRATANDO-SE DE REQUERIMENTO FEITO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS, A DECISÃO DO RELATOR É ATACÁVEL POR AGRAVO INTERNO

TUTELA DE EVIDÊNCIA – JURISPRUDÊNCIA - REINTEGRAÇÃO

“(…) TUTELA DE URGÊNCIA. EXAME DO PEDIDO FORMULADO PELO AUTOR EM PETIÇÃO APARTADA (FLS. 118-123). REINTEGRAÇÃO. ARTIGO 300 DO CPC. Verifica-se, às fls. 118-121, que o autor formula pedido de tutela provisória de urgência consistente na reintegração ao emprego. Constata-se que o direito do autor restou plenamente demonstrado, tendo em vista o quadro fático registrado pelo TRT que confirma não ter havido abandono de emprego. O perigo na demora, in casu, resta consubstanciado na ausência de pagamento de salários e os efeitos nefastos causados ao autor e à sua família, razão pela qual deve este juízo tutelar o direito do autor, especialmente porque foi deferida a nulidade da dispensa por justa causa, bem como o pedido de reintegração. Acrescente-se que não há perigo na irreversibilidade da medida, pois o TRT enfatizou que não houve o ânimo de abandonar o emprego, e que a demora decorreu de um atraso injustificado da própria administração dos Correios. Embora denominada de tutela de urgência, a presente medida mais se aproxima da tutela de evidência. Nesse contexto, a tutela de urgência deve ser deferida para determinar à empresa a imediata reintegração do autor e o consequente pagamento de salários, sob pena de pagamento de multa diária. (RR - 1910-78.2012.5.11.0012, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 06/06/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 08/06/2018).

TUTELA DE EVIDÊNCIA – JURISPRUDÊNCIA – CONVÊNIO MÉDICO

“(…) 3. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. A evidência da existência dos elementos para a concessão da tutela antecipada autoriza o deferimento do benefício. Agravos de instrumento conhecidos e desprovidos. (ARR - 10902-70.2016.5.15.0143, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 16/05/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018).

TUTELA DE EVIDÊNCIA – JURISPRUDÊNCIA - REINTEGRAÇÃO

“(…) ATO DE JUIZ QUE LIMINARMENTE ANTECIPA A TUTELA, DETERMINANDO A REINTEGRAÇÃO DA RECLAMANTE AO EMPREGO. ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA PREVISTA EM NORMA COLETIVA. DISPENSA OBSTATIVA DO DIREITO À ESTABILIDADE NO EMPREGO. I - O que se coloca em discussão nos autos é a plausibilidade do direito ensejador da concessão da tutela antecipada, materializado na existência ou não de dispensa obstativa da aquisição de estabilidade pré-aposentadoria, uma vez que o litisconsorte fora despedido a menos 36 meses de completar o direito à aquisição dessa garantia, prevista em acordo coletivo. II - Nesse contexto, diferentemente da conclusão que chegara o Regional ao conceder a segurança, tanto as informações contidas no ato inquinado como as fornecidas pela autoridade coatora corroboram com os fatos elencados pelo recorrente no recurso ordinário, no sentido de ser beneficiário da garantia de emprego pré-aposentadoria, assegurada por cláusula coletiva, que previa não ter sido o empregado dispensado por justa causa e estar a 36 meses da aquisição do direito a aposentadoria após cinco anos de trabalho na empresa.

TUTELA DE EVIDÊNCIA – JURISPRUDÊNCIA - REINTEGRAÇÃO

III - Nesse passo, constata-se que a documentação juntada aos autos evidencia que o recorrente contava com mais de vinte e quatro anos de tempo de serviço e, por isso, seria beneficiário da garantia de emprego pré-aposentadoria, prevista em acordo coletivo de trabalho, circunstância indicativa a ensejar a antecipação de tutela, a contrário como decidira o Regional. **IV** - Com efeito, a prova inequívoca está materializada na existência de cláusula coletiva prevendo a estabilidade pré-aposentadoria para os empregados que atingirem cinco anos de serviços ininterruptos à recorrida, não ter sido dispensado por justa causa e estar a 36 meses da aquisição do direito a aposentadoria. **V** - A verossimilhança, por sua vez, está caracterizada no fato incontroverso de que a reclamante possuía, ao tempo da dispensa, "24 anos e 9 meses aproximadamente, de fevereiro de 1991 a novembro de 2015, considerando a projeção do aviso prévio", alusão esta consignada no ato impugnado, emblemática da despedida obstativa da aquisição da pretendida estabilidade no emprego. **VI** - Já o receio de dano irreparável ou de difícil reparação emerge da própria dispensa do recorrido, comprometendo sua subsistência, sobretudo em razão do caráter alimentar das verbas de natureza trabalhista. **VII** - Depara-se, dessa forma, com a presença dos requisitos da prova inequívoca e da verossimilhança do direito, a teor da cláusula convencional relativa à estabilidade pré-aposentadoria.

TUTELA DE EVIDÊNCIA – JURISPRUDÊNCIA - REINTEGRAÇÃO

VIII - Nesse sentido é o entendimento consubstanciado nas Orientações Jurisprudenciais nos 64 e 142 desta SBDI-2, e em precedentes desta Subseção. **IX** - Considerando, de resto, que a ordem de reintegração reveste-se de caráter provisório e não traz nenhum prejuízo à recorrida, pois o pagamento do salário corresponderá à contraprestação pelos serviços prestados, aspecto igualmente destacado pela autoridade coatora, impõe-se a reforma do acórdão recorrido. **X** - Recurso ordinário provido” (**Processo:** RO - 5418-18.2016.5.15.0000 **Data de Julgamento:** 06/12/2016, **Relator Ministro:** Antonio José de Barros Levenhagen, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, **Data de Publicação:** DEJT 09/12/2016)

TUTELA DE EVIDÊNCIA – JURISPRUDÊNCIA – RESTABELECIMENTO DO CONVÊNIO MÉDICO

“(…) 2. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. RECONHECIMENTO DO DIREITO À MANUTENÇÃO DE PLANO DE SAÚDE OU DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. Nos termos da Súmula 440 do TST, ‘assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, não obstante suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez’. Óbice do art. 896, § 4º, da CLT e da Súmula 333 do TST. 3. ASSISTÊNCIA MÉDICA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. A evidência da existência dos elementos para a concessão da tutela antecipada autoriza o deferimento do benefício. 4. DANO MATERIAL. RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS. RESPONSABILIDADE. Os pressupostos para a responsabilidade civil estão configurados na decisão recorrida, pois resta manifesta a conduta ilícita da reclamada de suprimir direito incorporado ao contrato de trabalho, indispensável para a manutenção da saúde, e o dano causado ao empregado. Agravo de instrumento conhecido e desprovido” (AIRR - 44500-57.2011.5.17.0006, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 25/09/2013, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/09/2013)

TUTELA DE EVIDÊNCIA – JURISPRUDÊNCIA –

“(…) 2- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – PROCESSO SELETIVO – ADI 1717/DF – JURISPRUDÊNCIA DO COL. TST – INGRESSO OBREIRO ANTERIOR À PACIFICAÇÃO DA MATÉRIA – ADMISSÃO LÍCITA – Após a decisão do exc. STF, proferida nos autos da ADI 1717/DF, ocorrido em 28/03/2003, na qual restou consagrada a tese de que os conselhos de fiscalização profissional ostentam natureza jurídica de direito público, devendo, portanto, submeter-se às regras previstas no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, o col. TST modulou os seus efeitos, no sentido de que, em homenagem ao princípio da boa-fé, as contratações efetuadas antes do julgamento pelo STF, ainda que não tenha sido mediante aprovação em concurso público, são lícitas. Fixou-se, então, como marco para se averiguar a legalidade da contratação efetuada a data do julgamento da ADI 1717/DF 28/03/2003. No caso, a contratação obreira ocorrera antes do marco fixado, mostrando-se válida, portanto. 3- TUTELA DE EVIDÊNCIA – ARTIGO 311 II DO CPC/2015 – Na forma do artigo 311, II, do CPC/2015, “A tutela de evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I- omissis; II- as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em Súmula Vinculante;”. No caso dos autos, em face da tranquila jurisprudência que acolhe o pedido obreiro, tenho por não preenchidos os requisitos legais autorizadores do deferimento da tutela de evidência. Pedido indeferido. 4- Recurso ordinário conhecido e desprovido” (TRT 10ª R. – RO 0001098-94.2016.5.10.0021 – Rel. Gilberto Augusto Leitao Martins – DJe 17.04.2018 – p. 1564)

TUTELA DE EVIDÊNCIA – JURISPRUDÊNCIA

TUTELA DE EVIDÊNCIA – LEVANTAMENTO DE FGTS DEPOSITADO – POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 311 DO NCPC – Tratando-se de valores fundiários já depositados na conta vinculada do trabalhador e havendo extinção do contrato de trabalho, consubstanciada na mudança de regime (Súmula nº 363 do TST), entende-se que restam presentes as disposições contidas no parágrafo único do art. 311 do NCPC, razão pela qual deve ser deferida a tutela de evidência, determinando-se a expedição de alvará para levantamento do FGTS que se encontra depositado na conta vinculada do trabalhador. Tal determinação não exclui a condenação do reclamado de pagar os depósitos faltantes. Recurso ordinário do reclamado conhecido, contudo, não provido. Recurso ordinário do reclamante conhecido e provido. (TRT 22ª R. – 22 RORO 0000315-95.2017.5.22.0001 – 1ª T. – Rel. Francisco Meton Marques de Lima – DJe 22.03.2018 – p. 218).

APLICAÇÃO TUTELA ANTECIPADA AO PROCESSO TRABALHISTA

- REINTEGRAÇÃO DE EMPREGADO ESTÁVEL (LEGAL, NORMATIVA OU CONTRATUAL), COM A FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA
 - LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS POR ALVARÁ JUDICIAL
 - LEVANTAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO POR ALVARÁ JUDICIAL
 - ANOTAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO NA CTPS
-

APLICAÇÃO TUTELA ANTECIPADA AO PROCESSO TRABALHISTA

- ANOTAÇÃO DE BAIXA OU RETIFICAÇÕES NA CTPS
 - ANOTAÇÃO DE EVOLUÇÃO SALARIAL NA CTPS
 - FIXAÇÃO DE MULTAS, EM DISSÍDIOS COLETIVOS, PARA QUE OS GREVISTAS MANTENHAM PARTE DOS SERVIÇOS EM CASO DOS SERVIÇOS OU ATIVIDADES ESSENCIAIS (ART. 11, LEI 7.783/89)
 - DETERMINAÇÃO PARA QUE O EMPREGADOR NÃO FAÇA A TRANSFERÊNCIA DO EMPREGADO (ART. 469 E 659, IX, CLT)
-

